

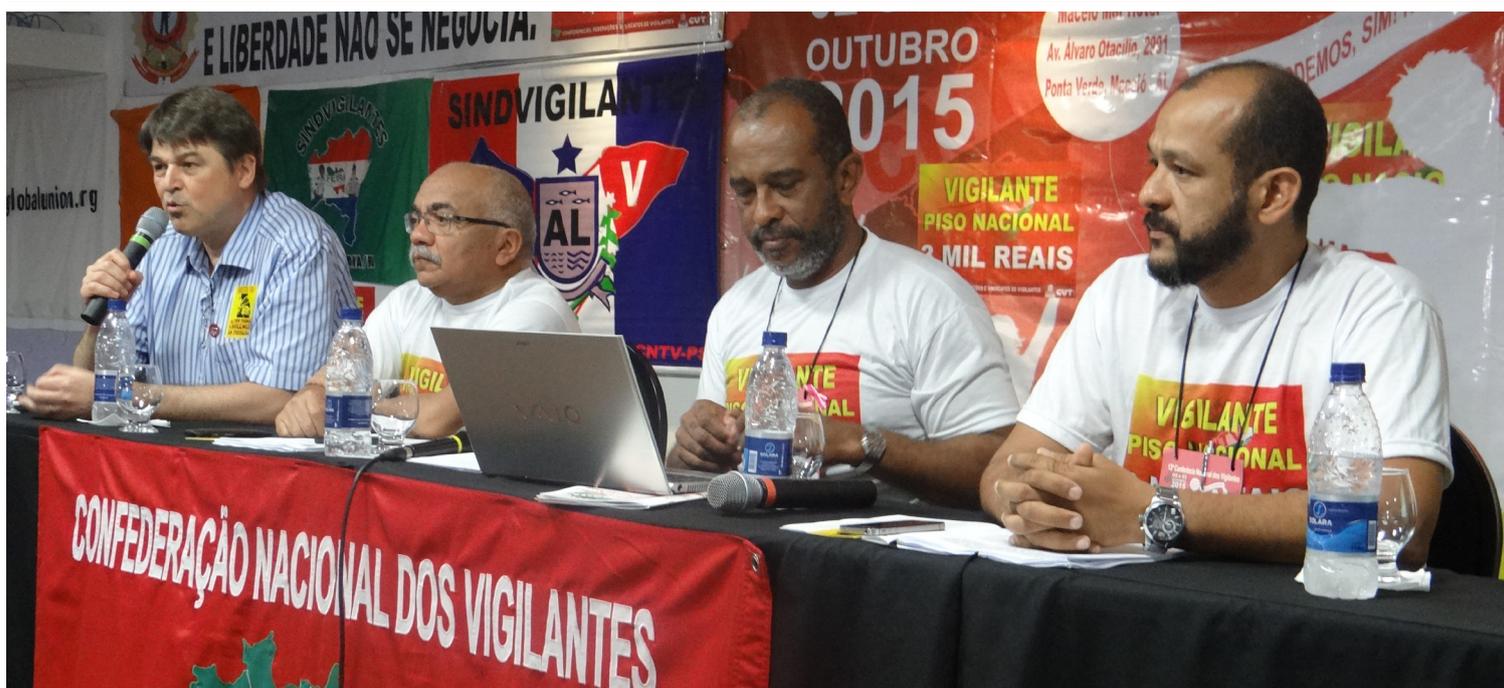
NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 07/10/2015 - Edição 1367

CNTV vai levar nova proposta do Piso Nacional dos Vigilantes à Câmara dos Deputados



Deputada Federal Erika Kokay (PT-DF) vai apresentar Projeto de Lei sobre o Piso Nacional dos Vigilantes.

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, anunciou durante a 13ª Conferência Nacional dos Vigilantes, em Maceió/AL, que a entidade vai apresentar um novo texto de projeto de lei para instituir o Piso Nacional dos Vigilantes. O esboço será entregue à deputada federal pelo Distrito Federal, Erika Kokay (PT), que será a responsável por apresentar o projeto de lei na

Câmara dos Deputados. A iniciativa reabrirá as discussões sobre o piso nacional da categoria, que foi retirado do texto do substitutivo ao projeto de lei nº 4238/2012 que instituiu o Estatuto Nacional da Segurança Privada e que segue para tramitação no Senado Federal.

“A CNTV vai entregar nesta semana uma nova proposta de piso nacional à deputada Erica Kokay e também ao Senador Paulo Paim

para ser apresentado na Câmara dos Deputados.”

O secretário de imprensa da CUT-RS, Ademir Wiederkehr, resumiu os pontos principais do novo Estatuto e reforçou a necessidade de uma mobilização conjunta de vigilantes e bancários para garantir avanços no texto do Estatuto.

“O projeto pode entrar na pauta do Senado em outubro. Temos que aprofundar o projeto,

apresentar emendas, visitar os deputados nos Estados, chamar a atenção de vereadores e prefeitos, visitar entidades representativas em busca de apoio, promover dia nacional de lutas contra retrocessos, realizar atividades integradas entre bancários e vigilantes para buscar avanços no projeto. Vamos buscar uma nova legislação que garanta a proteção à vida e à segurança das pessoas”, disse Ademir.

Ademir destacou alguns pontos prejudiciais e que precisam ser suprimidos do texto como o Parágrafo Único do artigo 1º que diz que “a segurança privada e a segurança das dependências das instituições financeiras são matérias de interesse nacional”. Outra questão diz respeito a questões impostas pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), que limita a colocação de biombos nas agências bancárias apenas em capitais e cidades com mais de 500 mil habitantes.

O secretário de Assuntos Parlamentares da CNTV e deputado distrital Chico Vigilante relembrou as primeiras legislações que regulamentaram a segurança privada no Brasil.

“É importante pontuar que a primeira lei que tratou da segurança privada foi um decreto da junta militar que instituiu a segurança bancária somente. Com o surgimento da lei 7.102, em 1983, ela basicamente tratava de segurança voltada apenas para os interesses das empresas”, acrescentou.

O deputado também fez referência ao novo Estatuto da Segurança Privada e destacou que o pensamento de todos os projetos apresentados na Câmara dos Deputados ao PL 4238 tornou mais difícil que o piso nacional fosse estabelecido. Chico ainda falou sobre o calibre das armas utilizadas pelos vigilantes.

“A questão do calibre das armas

mexe muito com a categoria. A lei agora regulamenta os calibres para vigilante patrimonial e transporte de valores. Precisamos fechar um texto no Senado com apresentação de emendas supressivas, como a questão do interesse nacional, e aprovar o Estatuto Nacional da Segurança Privada. Agora temos que buscar os nossos aliados e apresentar um novo projeto apenas do piso nacional dos vigilantes”, concluiu.

O secretário de Assuntos Jurídicos da CNTV e presidente do Sindicato

dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira reforçou a necessidade de outros dirigentes sindicais do Estado de São Paulo se mobilizarem em favor da categoria.

“O Estado de São Paulo tem que sair do armário. Os dirigentes sindicais devem defender o piso nacional dos vigilantes. Falta mobilização. Nós vamos defender, vamos fazer uma audiência pública para conscientizar os trabalhadores sobre a necessidade do piso nacional. Não podemos aceitar que presidentes de sindicatos sejam contra o piso nacional”, afirmou.

Estatuto Nacional da Segurança Privada

Após vários anos lutando pela criação do Estatuto da Segurança Privada, os vigilantes obtiveram importantes avanços com a aprovação do relatório e substitutivo do deputado Wellington Roberto (PR-PB), relator da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, instituída para apreciar o Projeto de Lei 4238/2012, de autoria no Senado do Senador Marcelo Crivella que diferenciava os valores dos salários de acordo com o grau de risco. A sessão que apreciou e votou o texto ocorreu na quarta-feira, 16 de setembro.

Apesar da criação do Estatuto e o avanços em alguns temas, o deputado retirou do seu parecer a aprovação do Piso Nacional dos Vigilantes. O texto agora segue para o Senado onde poderão ser apresentadas emendas. A Comissão Especial apreciou PL 4238/2012 e outros 122 projetos pensados que abordavam temas referentes à segurança privada.

Avanços

Não foi de todo ruim, pois interessa aos trabalhadores a atualização da lei de 1983 (lei 7.102), a exemplo da necessária mudança na escolaridade mínima para o exercício profissional (descabido a 4ª série primária), do respaldo legal para atuação em eventos e estádios de futebol e de forma segura na segurança eletrônica, na obrigatoriedade em lei de portas de segurança, divisórias ou biombos entre caixas nas agências, entre outros.

Retrocessos

O documento, portanto, traz também retrocessos ou frustra os trabalhadores, na visão da CNTV e seus Sindicatos filiados. O texto abre brecha para o uso de tecnologia no transporte de valores (o malote de tinta, por exemplo), com riscos para o emprego e segurança. Permite ao policial aposentado entrar na profissão somente com uma extensão e flexibiliza algumas medidas de segurança nos bancos.

Fonte: CNTV

Trabalhadores cobram contratação por empresa de vigilância do Amapá

Trabalhadores seriam de empresa que perdeu contratação emergencial. Pargel assumiu vigilância de prédios públicos do estado em 28 de setembro.

Cerca de 30 vigilantes, todos ex-funcionários da empresa LMS, reclamam que não foram chamados para contratação pela empresa Pargel, que assumiu os postos de serviço em substituição à LMS, cujo contrato emergencial de seis meses com a Secretaria de Estado da Administração (Sead) encerrou no dia 27 de setembro. A Pargel, que anunciou a admissão dos trabalhadores, informou que quem procurou a empresa com documentação atualizada está sendo contratado.

A Pargel assumiu os 101 postos de vigilância em prédios públicos do governo do Amapá no dia 28 de setembro. A empresa, que venceu o processo licitatório, deveria ter assumido as funções desde 12 de setembro após decisão da Justiça, mas a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) alegou julgamento de recursos das outras duas empresas que participaram do certame.

“Estamos vindo aqui desde o dia 28 [de setembro]. Alguns foram recebidos, entregaram documentação, e já fizeram exame admissional pela empresa, que é o meu caso, mas não estão recebendo a gente e ainda não nos contrataram. Ficaram de ligar para nós até hoje [6], sendo que isso é um direito nosso, de sermos absorvidos pela Pargel”, disse o vigilante Francinei Silva, de 30 anos. Ele trabalhava na LMS e espera a contratação pela empresa vencedora da licitação.

“Eles exigem e nós trouxemos muitas documentações. Eles não estão nem nos atendendo para dar satisfação. Hoje expira o prazo para sermos contratados pela empresa. Queríamos que viesse alguém explicar. A gente nem está esperando a ligação, estamos vindo todos os dias para a frente da empresa”, falou a vigilante Benedita Pedrada, de 40 anos, que também é ex-funcionária da LMS. Alguns trabalhadores estavam



Vigilantes reuniram-se em frente a sede da Pargel, em Macapá (Foto: Fabiana Figueiredo/G1)

reunidos nesta terça-feira em frente a empresa, localizada no bairro Pacoval, na Zona Norte de Macapá.

No total, vão atuar 404 vigilantes, a maioria absorvido pela LMS, conforme o advogado da Pargel Flávio Teixeira. Ele disse nesta terça-feira (6) que não há uma quantidade específica de trabalhadores para contratação.

“Precisamos saber quem são essas pessoas para entender à situação específica de cada caso. Todas as pessoas que estão com a documentação com condições de serem admitidas, conforme a decisão do tribunal [de Justiça do Amapá, elas foram contratadas]”, afirmou Teixeira.

Entenda o caso

A licitação da qual a Pargel foi vencedora iniciou em 2014, e foi anulada no início do ano de 2015 pela PGE, que alegou irregularidades. Em seguida, a LMS, uma das concorrentes, foi contratada por seis meses no valor de R\$ 13 milhões.

O contrato, que foi assinado em março de 2015 entre a LMS e Sead, foi declarado ilegal pela Justiça após recomendação do Ministério Público do Amapá (MP-AP). O órgão apontou que a contratada, empresa que pertence ao empresário Luciano Marba, funcionário público da Secretaria de Estado da Educação (Seed), não estaria em regularidade fiscal. Em 12 de agosto, a Justiça invalidou a decisão da procuradoria e determinou que a Pargel assumisse em até 30 dias.

O governo teria revisto a decisão da Justiça e determinou o início das atividades, tendo em vista que o contrato emergencial da LMS encerrou no dia 27 de setembro e não poderia ser prorrogado. A nova empresa vai atuar durante um ano, com contrato no valor de R\$ 22 milhões.

Segundo a empresa, o acordo não prevê a redução de 25% nos servidores terceirizados, que foi decretada pelo Estado em setembro com o objetivo de cortar custos da administração pública.

Fonte: G1

Campanha Outubro Rosa lembra a importância da prevenção ao câncer de mama

O AUTOEXAME

Aproximadamente 80% dos tumores são descobertos pela própria mulher ao apalpar suas mamas



- 1** DE PÉ EM FRENTE AO ESPELHO OBSERVE: O bico dos seios; superfície; o contorno das mamas.
- 2** AINDA EM PÉ EM FRENTE AO ESPELHO. Levante os braços. Observe se o movimento altera o contorno e a superfície das mamas.
- 3** DEITADA, COM A MÃO DIREITA, APALPE A MAMA ESQUERDA. Faça movimentos circulares suaves, apertando levemente com a ponta dos dedos.
- 4** DEITADA, COM A MÃO ESQUERDA, APALPE A MAMA DIREITA. Faça movimentos circulares suaves, apertando levemente com a ponta dos dedos.
- 5** NO BANHO, COM A PELE ENSABOADA. Com a pele molhada ou ensaboadada, eleve o braço direito e deslize os dedos da mão esquerda suavemente sobre a mama direita estendendo até a axila. Faça o mesmo na mama esquerda.

A campanha de conscientização contra o câncer de mama, conhecida como Outubro Rosa, é realizada por diversas entidades, no mês de outubro, e dirigida à sociedade, em especial às mulheres. Entre os temas do movimento, está a importância da prevenção e do diagnóstico precoce da doença.

O nome da campanha remete à cor do laço que simboliza, mundialmente, a luta contra o câncer de mama e estimula a participação da população, empresas e entidades: o rosa. Durante o período, monumentos por todo o país se iluminam com essa mesma cor.

O câncer de mama é o segundo tipo de câncer mais frequente no mundo e, apesar de também atingir os homens, as mulheres, acima de 35 anos, são o principal alvo.

Prevenção

O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca) orienta que todas as mulheres conheçam seu corpo e sempre que possível, seja no banho, no momento da troca de roupa ou em outra situação do cotidiano, façam o autoexame das mamas. Segundo o Inca, não há técnica específica para a autopalpação e deve-se valorizar a descoberta casual de pequenas alterações mamárias durante o toque.

De acordo com o instituto, há elevado percentual de cura quando o câncer de mama é identificado em estágios iniciais, quando as lesões são menores de dois centímetros de diâmetro.

Histórico

O movimento conhecido como Outubro Rosa nasceu nos Estados Unidos, na década de 1990, para estimular a participação da população no controle do câncer de mama. A data é celebrada anualmente com o objetivo de promover a conscientização sobre a doença e compartilhar informações sobre o câncer de mama.

Desde 2010, o INCA participa deste movimento, promovendo espaços de discussão sobre o controle do câncer de mama e divulgando e disponibilizando seus materiais informativos, trazendo qualidade para o debate, tanto para os profissionais de saúde quanto para a sociedade.

Congresso

No final de setembro, parlamentares da bancada feminina do Congresso Nacional lançaram, no Salão Negro da Câmara dos Deputados, a campanha Outubro Rosa contra o Câncer de Mama. Durante o evento, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a redução das mortes pela doença na última década.

A deputada Elcione Barbalho (PMDB-AM), procuradora da Mulher na Câmara, falou sobre a importância de viabilizar o tratamento da doença no país. “Não adianta chamar a atenção para a doença e estar aqui nesse momento se não lutarmos por condições de tratamento. Não adianta detectar o câncer e não ter condições para tratar”. Elcione também chamou atenção para a incidência da doença em homens.

“Tivemos, no ano passado, 14 mil mortes de mulheres, e em torno de 180 mortes de homens, pela doença. Um dos projetos que conseguimos aprovar foi o que garante a reconstituição da mama no momento em que é feita a mastectomia. Isso é uma lei, mas não é uma realidade, e temos que lutar para que isso seja uma realidade”, disse Vanessa, referindo-se à Lei 12.802/2013, que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fazer a cirurgia plástica reparadora da mama logo em seguida à retirada do câncer, quando houver condições médicas.

Na abertura do evento, parlamentares da bancada feminina foram até a rampa do Congresso Nacional e posaram para fotos em frente ao prédio, em seu primeiro dia com iluminação rosa. Durante a campanha, tanto o Congresso quanto os ministérios e outros prédios públicos de Brasília ficarão iluminados de rosa, para lembrar a importância da luta contra o câncer de mama.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Priscilla Beine Abdelaziz

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF